



CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO

Coordenador-Geral

Prefácio

Gilmar Ferreira Mendes

Apresentação

Ricardo Morishita Wada

DIREITO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO

ENTRE A PRÁTICA E A ACADEMIA

A presente obra é resultado da união de artigos acadêmicos produzidos pelos discentes da 1ª turma do mestrado profissional em Direito Econômico e Desenvolvimento da escola de Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). A partir de uma rica visão interdisciplinar, em Brasília, entre 2019 e 2020, a 1ª turma do mestrado do IDP reuniu destacados profissionais do Direito com larga experiência e atuação profissional no Direito Administrativo, Tributário, Penal e Privado.

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise dos problemas jurídicos contemporâneos com foco na abordagem entre a teoria e a prática. O material foi elaborado a partir da visão e discussão dos temas em salas de aula do programa de pós-graduação *stricto sensu* do IDP, aprovado e recomendado pela CAPES. Os artigos privilegiam a combinação entre a explanação acadêmica e a investigação empírica, de modo que o foco deste livro é a aplicação do conhecimento teórico à solução de problemas identificados na prática profissional do novo Direito Administrativo, do Direito Tributário e desenvolvimento, do Direito Penal Econômico e das relações empresariais contemporâneas.

A partir dessa visão holística do Direito apresentado nesse trabalho, é possível concluir pela importância da abordagem que une os problemas reais da prática profissional e o estudo dogmático acadêmico dos mais variados ramos do Direito.

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Jurídico-profissional

Palavras-chave

Direito Econômico. Desenvolvimento. Direito

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10003491

D598	Direito Econômico e Desenvolvimento: entre a prática e a academia / coordenado por Claudio Xavier Seefelder Filho. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 544 p. ; 17cm x 24cm Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-487-7 1. Direito Econômico. 2. Desenvolvimento. 3. Direito. I. Seefelder Filho, Claudio Xavier. II. Título.	CDD 341.378 CDU 34:33
2022-3257		

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SEEFELDER FILHO, Claudio Xavier (coord.). *Direito Econômico e Desenvolvimento: entre a prática e a academia*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 544 p. ISBN 978-65-5518-487-7.

Claudio Xavier Seefelder Filho

Mestre em Direito Tributário e Desenvolvimento Econômico pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Pós-graduado *lato sensu* em Direito Tributário e Finanças Públicas pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Marília/SP. FEESR, XXX Turma. Professor de Direito Constitucional, Direito Tributário e Direito Processual Civil. Professor nas pós-graduações de Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie – Rio. Procurador da Fazenda Nacional desde 2000. Liderou a Coordenadoria-Geral de Representação Judicial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria e Contencioso Tributário, além de ter ocupado o posto de Procurador-Geral Substituto. Desde 2004 atua intensamente em defesa da Fazenda Nacional perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Atualmente é Assessor Especial do Ministro Advogado-Geral da União (AGU). Integrante da Comissão de Advocacia nos Tribunais Superiores da Ordem dos Advogados do Brasil. Autor da obra *Jurisdição Constitucional e a eficácia temporal da coisa julgada nas relações jurídico-tributárias de trato continuado*, pela Editora Fórum, e coordenador das obras *Teori na prática. Uma biografia intelectual*, pela Editora Fórum, *Barristers, como atuar em tribunais no Brasil*, *Constituição e Código Tributário Comentados sob a ótica da Fazenda Nacional*, *Novo Código de Processo Civil comentado na prática da Fazenda Nacional* e *Comentários sobre transação tributária*, publicados pela Editora Thomson Reuters Revista dos Tribunais.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
GILMAR FERREIRA MENDES	21
NOTA DO COORDENADOR-GERAL DA OBRA	
DIREITO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO: ENTRE A PRÁTICA E A ACADEMIA	
CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO	23
APRESENTAÇÃO	
RICARDO MORISHITA WADA	25
MODULAÇÃO DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	
ANDRÉ TORRES DOS SANTOS	27
1 Introdução	27
2 Estado de Direito, tributação e modulação de efeitos na jurisdição constitucional	28
3 A modulação de efeitos em matéria tributária: fundamentos e pressupostos de aplicação	31
4 Aplicabilidade da modulação de efeitos no controle de constitucionalidade em matéria tributária	34
5 Os pressupostos de aplicação da modulação de efeitos em matéria tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	38
6 Conclusão	43
PRESTAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS POR MODELO PREDITIVO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE <i>LAW AND ECONOMICS</i>	
ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO	45
1 Introdução	45
2 Referencial teórico	47
2.1 Federalismo fiscal brasileiro	47
2.2 Prestação de contas	49
2.3 Mineração de dados.....	51
2.4 Análise econômica do Direito	53
2.5 Malha fina de convênios	54
3 Metodologia	55
4 Resultados – AIL e a IN nº 5 de 2018.....	56
Conclusão	61
A COLABORAÇÃO PREMIADA E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	
BERNARDO FENELON	65
1 Introdução	65
2 A colaboração premiada atualmente.....	66
2.1 Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990)	67
2.2 Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/1995)	68
2.3 Lei dos Crimes Tributários e Econômicos (Lei nº 9.080/1995)	69
2.4 Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998)	70
2.5 Lei de Proteção das Vítimas e Testemunhas (Lei nº 9.807/1999)	70
2.6 Lei de Combate ao Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/2006).....	71
2.7 Lei de Combate ao Crime Organizado (Lei nº 12.850/2013)	72
2.8 Constatações finais sobre evolução legislativa.....	73
3 Os efeitos práticos do Pacote Anticrime na colaboração premiada e o reforço do princípio da legalidade	78
4 Conclusão	82
OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA	85
Introdução	85
I Constitucionalização do Direito Administrativo.....	87

I.I	Limites necessários à aplicação dos princípios constitucionais	88
II	A Lei de Improbidade Administrativa como concretização do princípio da moralidade	90
III	A nova Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro como concretização do princípio da segurança jurídica.....	91
IV	Releitura da Lei de Improbidade Administrativa a partir dos parâmetros da nova Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro	93
V	Conclusão	96

O CRIME DE GESTÃO TEMERÁRIA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E A APLICABILIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 7.492/86 ÀS CONDUTAS COM RESULTADO ECONÔMICO POSITIVO

CLAUDENIR BRITO PEREIRA	99
Introdução	99
1 Revisão de literatura	100
1.1 Bem jurídico tutelado	100
1.2 Sistema Financeiro Nacional: delimitação.....	102
1.3 Gestão de instituição financeira: definição.....	104
1.4 Gestão fraudulenta e temerária: diferenças.....	106
2 Análise jurisprudencial da gestão temerária à luz da doutrina estudada	106
3 Análise do resultado econômico das operações consideradas temerárias	110
3.1 Aplicabilidade do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 7.492/86 às condutas com resultado econômico positivo	113
Conclusão	114

IGUALDADE NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO	117
1 Introdução	117
2 Jurisdição constitucional e a força do precedente do STF.....	118
2.1 Da equiparação dos efeitos das decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal no controle concentrado e no controle difuso de constitucionalidade.....	122
3 Eficácia da coisa julgada nas relações jurídico-tributárias de trato continuado	131
4 Segurança jurídica nas relações dinâmicas e convergência dos princípios constitucionais.....	136
5 Conclusão	141

A LAVAGEM DE DINHEIRO COMO UM *POST FACTUM* IMPUNÍVEL, UMA ANÁLISE DO SEXTO EMBARGOS INFRINGENTES NA AP 470-STF

CLEBER JAIR AMARAL	145
1 Introdução	145
2 A lavagem de dinheiro sendo um <i>post factum</i> impunível, análise crítica ao julgamento do Sexto Embargos Infringentes pelo STF na AP 470	146
3 Concurso aparente de norma: existe ou não relação de contingência típica entre corrupção e lavagem de dinheiro? Análise dos elementos objetivos e subjetivos do tipo para consunção	146
4 A movimentação financeira anterior ao recebimento, como ato de lavagem de dinheiro: possibilidade ou impossibilidade, na visão do STF, no Sexto Embargos Infringentes na AP 470	153
5 Prova do desvio de dinheiro público utilizado na AP 470/STF para reconhecimento da materialidade dos ilícitos.....	155
6 Conclusão	158

CONTEÚDO JURÍDICO DAS AÇÕES NEUTRAS: A RESPONSABILIDADE CRIMINAL DO SUBORDINADO PELAS CONDUTAS COTIDIANAS NA EMPRESA

DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA	161
1 Introdução	161
2 O crime em concurso de agentes na legislação do Brasil	164
3 A doutrina sobre as ações neutras – posições existentes.....	167
3.1 A obra de Luís Greco (2004): “Cumplicidade através de ações neutras, a imputação objetiva na participação”	167
3.2 A obra de José Danilo Tavares Lobato: “Teoria da participação criminal e ações neutras: uma questão única de imputação objetiva”	169
3.3 A obra de João Daniel Rassi (2014): “Imputação das ações neutras e o dever de solidariedade no Direito Penal”	170
4 Estudo de casos já examinados pelo Poder Judiciário sobre ações neutras de funcionários subordinados.....	172
4.1 Aquele que deve ser o primeiro acórdão brasileiro que trata de ação neutra.....	172
4.2 Julgamento da AP 470 pelo Supremo Tribunal Federal: a absolvição da “funcionária mequetrefe” – conduta típica do subordinado no contexto da relação de emprego.....	174
4.3 Julgamento da AP 470 pelo Supremo Tribunal Federal: a absolvição do “mero funcionário burocrático”	178
Conclusões.....	180

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A LEI DA SEGURANÇA JURÍDICA (LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018) – ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DA NORMA PELA CORTE DE CONTAS ENTRE JANEIRO DE 2019 E DEZEMBRO DE 2020

EDUARDO MAIA DA SILVEIRA	183
1 Introdução	183

2	Metodologia a apresentação dos dados coletados	185
2.1	Metodologia de coleta de dados	186
2.2	Apresentação dos dados coletados.....	187
3	Análise das decisões do TCU que utilizaram, em suas razões, os novos artigos da LINDB	188
3.1	Caso nº 1, art. 20 da LINDB: Acórdão nº 1.045/2020-Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler.....	189
3.2	Caso nº 2, art. 22 da LINDB: análise em bloco	190
3.3	Caso nº 3, art. 24 da LINDB: Acórdão nº 4.179/2020-Primeira Câmara. Relator: Ministro Vital do Rêgo.....	195
3.4	Caso nº 4, art. 28 da LINDB: análise em bloco	196
4	Considerações finais	202

CRENCIAMENTO COMO HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EXPRESSAMENTE PREVISTA NA LEI Nº 14.133, DE 2021

ELDER LOUREIRO DE BARROS CORREIA	205	
1	Introdução	205
2	Alicerces fundamentais prévios à análise do instituto	205
3	O credenciamento na doutrina.....	209
4	O credenciamento na legislação.....	211
5	O credenciamento no Poder Legislativo federal.....	215
6	O credenciamento na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	219
7	Considerações finais	223

REGIME JURÍDICO DO CRÉDITO: O ACESSO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A CONCRETIZAÇÃO NORMATIVA

EMÍLIO CARLO TEIXEIRA DE FRANÇA	225	
1	Introdução	225
2	Contextualização do Sistema Financeiro Nacional – SFN	226
2.1	Taxas de juros, <i>spread</i> bancário e novos instrumentos (<i>pix</i> , <i>open banking</i> , central de recebíveis, <i>fintechs</i> e <i>sandbox</i> regulatório).....	228
3	Programa normativo da legislação do crédito para as micro e pequenas empresas.....	237
3.1	Instrumentos legais de crédito para micro e pequenas empresas	238
4	Âmbito normativo do acesso ao crédito para micro e pequenas empresas	243
5	Concretização das normas de acesso ao crédito das micro e das pequenas empresas.....	244
5.1	Regime jurídico, elementos legais e regulatórios para a concretização da norma diante do acesso ao crédito por micro e pequenas empresas	245
6	Conclusão	248

ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES DE PETRÓLEO E GÁS SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nº 7.990/89 E Nº 9.478/97. A INCLUSÃO DA SDV – SHUT DOWN VALVE NO CRITÉRIO DE INSTALAÇÕES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

FREDERICO MOTA DE MEDEIROS SEGUNDO	251	
1	Introdução	251
2	<i>Royalties</i> – compensações financeiras e a Constituição Federal de 1988.....	253
2.1	Conceito de <i>royalties</i>	253
2.2	<i>Royalties</i> em sentido amplo e estrito	254
2.3	A natureza jurídica dos <i>royalties</i> – compensações financeiras e participações.....	255
2.4	Da natureza financeira de receita originária	257
3	Os <i>royalties</i> e a constituição de 1988.....	259
3.1	Os critérios de participações e distribuição dos <i>royalties</i>	260
3.2	Do caráter interpretativo da alteração promovida pela Lei nº 12.734/12.....	263
4	Do conceito de SDV – <i>Shut Down Valve</i> e seu enquadramento como instalação de embarque e desembarque.....	264
5	Conclusão	266

A NEGOCIAÇÃO DO PRODUTO DO ILÍCITO E O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HABEAS CORPUS Nº 127.483/PR

IURI DO LAGO NOGUEIRA CAVALCANTE REIS	269	
1	Introdução	269
2	O devido processo penal consensual e a legislação local.....	271
3	O que a legislação internacional tem a dizer?.....	274
4	O entendimento adotado pelo STF no caso concreto: o HC nº 127.483/PR	275
5	Abordagem crítica da decisão e conclusão.....	279

(IM)POSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DAS GARANTIAS REAIS: O IMPACTO DA MODIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NOS CRÉDITOS BANCÁRIOS

JULIA DE BAËRE C. D'ALBUQUERQUE, MARLON TOMAZETTE	287	
	Introdução	287
1	As garantias reais e seu limite	288

2	A concessão da recuperação judicial e o credor com garantia real: o credor com garantia real deve ou não se curvar ao plano de recuperação judicial aprovado e homologado, sem sua aprovação?	289
3	Jurisprudência sobre o tema: modificação da interpretação do artigo 50, §1º, da Lei de Recuperação de Empresas e Falências, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça	294
4	Impacto na concessão de créditos bancários: modificação dos contratos bancários em razão da instável jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	300
	Conclusão	304

**AS CONEXÕES DE CONFIANÇA ENTRE CONSUMIDORES E FORNECEDORES:
A BOA-FÉ OBJETIVA NOS ATENDIMENTOS DAS OUVIDORIAS DE SEGUROS**

	KÉDINA DE FÁTIMA GONÇALVES RODRIGUES	305
1	Introdução	305
2	A boa-fé objetiva e as ouvidorias de seguros	306
3	A confiança como corolário do princípio da boa-fé	309
4	A análise dos dados: reclamações de seguro de vida no consumidor.gov.br e seguros de vida para os anos de 2018, 2019 e 2020	310
	Demandas não resolvidas e bem avaliadas	311
	Demandas resolvidas e mal avaliadas	312
5	Rol das conexões de confiança e boas práticas	314
5.1	Transparência.....	314
5.2	Informação clara	316
5.3	Reparação devida	317
5.4	Acolhimento e empatia.....	318
5.5	Conduta ética	319
6	Conclusão	321

PRETENSÃO PUNITIVA NO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

	LEANDRO CABRAL E SILVA	323
1	Introdução	323
2	Raízes da pretensão punitiva no lançamento tributário.....	323
2.1	Anteprojeto do CTN	323
2.2	Projeto de 1954.....	326
2.3	Projeto de 1966.....	327
2.4	Código Tributário Nacional.....	328
3	Interação entre teoria e prática da pretensão punitiva prevista no art. 142 do CTN	329
3.1	Proposição <i>versus</i> imposição da penalidade pela autoridade fiscal	329
3.2	Discussões de multas tributárias com repercussão geral reconhecida no STF	334
4	Conclusão	339

**RELEITURA DO MECANISMO DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS
PRESTADOS MEDIANTE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

	LUIZ FELIPE BEZERRA ALMEIDA SIMÕES	343
1	Introdução	343
2	O Estado da arte do mecanismo da repactuação.....	345
2.1	Espécie ou critério de reajustamento de preços.....	346
2.2	Âmbito de aplicação do instrumento	347
2.3	Observância da anualidade e marco para contagem	349
2.4	Exigências para o pleito e início dos efeitos	351
3	Repactuação como espécie de revisão e não de reajuste	352
3.1	Características que aproximam a repactuação da revisão	352
3.2	Assunção de fato dos novos custos de mão de obra.....	359
3.3	Técnica híbrida de reequilíbrio econômico-financeiro	361
4	Conclusão	363

**ASSOCIAÇÕES PARA FINS LÍCITOS: ESTUDO SOBRE A LEGALIDADE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO
VEICULAR**

	MÁRCIO MESSIAS CUNHA	367
1	Introdução	367
2	O direito constitucional à livre associação.....	368
3	Os princípios constitucionais e a liberdade de associação.....	371
4	Requisitos essenciais para uma associação lícita.....	372
5	Associações de proteção veicular: conceito e objetivo	373
6	O caráter não lucrativo das associações e o seu campo de atuação	375
7	Atuação da Superintendência de Seguros Privados frente às associações de proteção veicular.....	377
8	A (i)legalidade das associações de proteção veicular	378
9	Regulamentação das associações no Estado de Goiás	380
10	Considerações finais	381

A UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (LIODS) DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO PARA AUXILIAR NA PREVENÇÃO DE CONFLITOS E NA DESJUDICIALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

PAULA FERRO COSTA DE SOUSA	385
1 Introdução	385
2 Conselho Nacional de Justiça	386
3 Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS	387
4 Política Judiciária de Gestão da Inovação no Poder Judiciário – RenovaJud	390
5 Inovação aplicada ao Direito	391
5.1 O que é inovação?.....	391
6 A utilização do LIODS como instrumento para auxiliar na prevenção de conflitos e na desjudicialização do Poder Judiciário.....	394
6.1 Auxílio emergencial	396
7 Conclusão	402

GUERRA FISCAL DO ITCMD NA LAVRATURA DE INVENTÁRIOS EXTRAJUDICIAIS: CONFLITO DE COMPETÊNCIA NA TRIBUTAÇÃO DE BENS MÓVEIS

PAULO HENRIQUE MARINHO BORGES	405
1 Introdução	405
2 A federação entre o estado de guerra e o de cooperação	406
3 A guerra fiscal do ITCMD	411
Conclusão	421

O PAPEL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E OS COLEGITIMADOS NA DEFESA DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

RAFAEL SILVEIRA GARCIA	423
1 Introdução	423
2 A interpretação dos conceitos e regulamentação da LGPD	424
3 A cooperação entre os demais colegitimados e a ANPD.....	425
4 A coordenação entre os demais colegitimados e a ANPD	427
5 A ANPD como órgão capaz de dirimir eventuais conflitos na defesa dos titulares de dados pessoais	429
6 Conclusão	432

SIGILO FISCAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DIGITAL

REBECA DRUMMOND DE ANDRADE MÜLLER E SANTOS	435
1 Introdução	435
2 Informações fiscais sigilosas	436
3 Privacidade <i>lato et stricto sensu</i> , intimidade e a equalização pelo sigilo	438
4 O sigilo fiscal pelo Supremo Tribunal Federal: entre a quebra e a transferência.....	441
4.1 Julgamento de 2016 e a proteção da arrecadação tributária: Tema nº 225 da Repercussão Geral e ADIs nºs 2.390, 2.386 e 2.397	442
4.2 Julgamento de 2019 e a persecução penal: RE nº 1.055.941, Tema nº 990 da Repercussão Geral	446
5 Conclusão	451

O ÂMBITO DA NORMA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

TADEU ALVES SENA GOMES	455
1 Introdução	455
2 A “meta-análise” da norma	457
3 Direito e empirismo	459
4 A manutenção da fonte produtora	463
5 A manutenção do emprego dos trabalhadores.....	464
6 O interesse dos credores.....	469
7 Conclusão	470

O DIREITO À LICENÇA-MATERNIDADE PARA CASAS HOMOAFETIVOS FEMININOS

TULIUS MARCUS FIUZA LIMA	473
1 Introdução	473
2 O programa normativo.....	474
3 O âmbito normativo.....	480
3.1 O direito à licença-maternidade para mães que compõem uma relação homoafetiva	481
3.2 A maternidade e os avanços médicos, tecnológicos e científicos.....	484
3.3 O aleitamento materno como direito fundamental da criança, da mulher e da família homoafetiva do sexo feminino ...	486
4 Considerações finais	488

A INDISPONIBILIDADE DE BENS DA PESSOA JURÍDICA NA MEDIDA CAUTELAR FISCAL

VICTOR RIBEIRO FERREIRA	491
1 Introdução	491
2 A indisponibilidade do ativo permanente	492
3 A extensão da indisponibilidade aos gestores da empresa	494
4 A proteção dos bens da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro	497
5 Sanções políticas e o bloqueio de bens na medida cautelar fiscal.....	501
6 Conclusão	507

PENALIDADE ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA EM COMPARAÇÃO À SANÇÃO PECUNIÁRIA: UMA ATUALIZAÇÃO DO TIPO DE PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA?

WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	509
1 Introdução	509
2 A Administração Pública sancionatória e o regime disciplinar	511
2.1 Legitimidade do poder punitivo pelo Estado	511
2.2 A repressão no Direito Administrativo: de ontem, hoje e amanhã	512
2.3 Direito Administrativo Sancionatório.....	515
3 Análise econômica do Direito no âmbito disciplinar.....	517
4 O diagnóstico e propostas: penas de advertência e pecuniária.....	521
Conclusão	524

A (IM)POSSIBILIDADE DA PACTUAÇÃO DE PRÊMIOS NÃO PREVISTOS NA LEI Nº 12.850/13: UMA ANÁLISE DIALÉTICA À LUZ DA LEI Nº 13.954/19

YURI COELHO DIAS	525
Introdução	525
1 Aspectos legais da colaboração premiada – um breve panorama sobre os aspectos jurídicos do instituto.....	524
1.1 A colaboração premiada como meio de obtenção de prova	527
2 Dos prêmios estipulados pela Lei nº 12.850/13	530
3 A possibilidade do oferecimento de prêmios não previstos na Lei nº 12.805/13 – um sistema de colaboração premiada que permite às partes o poder de pactuação sobre os prêmios	532
3.1 Do princípio da obrigatoriedade como possibilidade da pactuação de benefícios não previstos em lei	534
4 A impossibilidade do oferecimento de prêmios extralegais – a colaboração premiada deve ser guiada por um regime estritamente legal em face do ordenamento jurídico.....	535
4.1 O princípio da <i>nulla poena sine iudicio</i>	537
5 Conclusões.....	538

SOBRE OS AUTORES	541
-------------------------------	-----